

Amsterdão, 16 de Fevereiro de 1971

Senhor Director de *O Tempo e o Modo*:

O número 84 dessa revista publica uma longa prosa do Sr. Sebastião Lima Rego sobre o meu livro *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. No uso do direito de resposta solicito-lhe a publicação do seguinte:

Na dita prosa deturpa-se intencionalmente o espírito e a letra do meu livro, por meio de citações adulteradas, truncadas, deslocadas do contexto, de omissões voluntárias e de resumos fantasistas e tendenciosos. Alguns exemplos:

1) Segundo o sr. S. L. R., eu divido as sociedades «em de comunicação, de controle e de domínio». O que está no texto (p. 175) é que «há três modelos de relações entre pessoas: comunitárias, de dominação e de contrato.» *Comunitárias* não é a mesma coisa que *de comunicação*; e *contrato* não tem nada a ver com *controle*. O ensaio onde isto se diz é o mais importante do livro. O sr. S. L. R. não estava interessado em perceber o que lá está escrito.

2) O mesmo senhor atribui-me a frase: «Revolução contra a comparticipação individual». Em vez de *comparticipação* deve ler-se *compartimentação*.

3) Referindo-se a um texto meu, escreve o sr. S. L. R.: «A. J. S. diz [sic] que *sente* as coisas, que as *adivinha* «como um bicho». Em lugar nenhum do meu livro *digo* nada que se pareça com isto, embora as palavras *sente* (seguida de «coisas») e a palavra *adivinha* sejam sublinhadas pelo Sr. S. L. R. Referindo-me, exclusivamente, às consequências de Maio, escrevi: «Faltam-me as palavras, porque não sei o que vai acontecer. Só pressinto, como um bicho, que a meteorologia está mudando». Não me meto em *adivinhações*: isso é com os que, por artes da «dialéctica», conhecem «cientificamente» o passado, o presente e mais o futuro.

4) O sr. S. L. R. põe em *itálico* e *na primeira pessoa* afirmações que me atribui, mas que são de sua exclusiva invenção. Assim: *Digo que não sou burguês, logo não sou burguês*. Quem diz este disparate não sou *eu*, como o leitor poderia julgar pelas palavras *digo* e *sou*, e pelo sublinhado (embora sem comas), mas sim o Sr. S. L. R. E não há absolutamente nada no meu texto que se possa resumir por aquela frase. Outro caso: *Se eu não possuo em verdadeira e própria propriedade os meios de produção com os quais trabalho e produzo, então não sou assalariado — sou proletário*. A propriedade literária, «verdadeira e própria», deste desconchavo pertence também exclusivamente ao sr. S. L. R.

5) Diz o mesmo senhor que para mim «os *voyoux* são *voyoux* porque atiram pedras e lançam fogo às coisas — e o resto é paisagem». O sr. S. L. R. devia estar a olhar para a paisagem quando leu o meu livro, porque saltou a página 99, onde transcrevo uma inscrição mural na qual se diz que as sociedades esclerosadas chamam *voyoux* aos que as contestam radicalmente: «On reconnaît la sclérose et la décadence d'une société à ce qu'elle nomme *voyoux* ceux qui la contestent radicalement».

6) No mesmo passo diz também que me «guardo» de dizer mal da polícia francesa em Maio. Oculta ao leitor que comparo essa polícia, expressamente, aos «cavaleiros teutónicos», neste caso «vestidos de negro» (pp. 64 e 69). Quem viu o filme de Eisenstein *Alexandre Nevski* sabe o que essa expressão evoca.

Z) Os resumos do sr. S. L. R. são falsos e tendenciosos. Para indicar só um caso, ele diz que «os não ortodoxos fizeram A. J. S. espumar de pura e nobre raiva aquando de uma patética cena», que a seguir resume à sua maneira. A «raiva pura e nobre» é outra falsificação do sr. S. L. R. Essa cena concretiza as contradições e perplexidades de uma pessoa «apesar de tudo demasiado instalada» (como digo no texto) que se vê envolvida pelo desencadeamento de uma violência em que não participa. «Eu que escrevo sinto-me assim também, contraditório comigo mesmo», escreve João Cândido na introdução à dita cena.

É escusado mostrar que, além destas falsificações, o sr. S. L. R. seleccionou cuidadosamente no meu texto, isolando-o do contexto respectivo, tudo aquilo que pudesse servir para oferecer dele aos seus leitores uma imagem unilateral e caricatural; «escamoteando» (para usar uma palavra sua predilecta) todos os passos incompatíveis com aquela imagem, bem como todos os argumentos meus que ponham em causa as suas verdades dogmáticas.

Porquê?

Porque o sr. S. L. R. não fez nem quis fazer uma crítica do meu livro. Quem diz crítica, diz argumentação, e portanto diálogo. O sr. S. L. R. é contra o diálogo, como se depreende de um remoque que me faz a propósito do meu apreço pelo mesmo diálogo. Não lhe interessa por isso entrar em razões comigo, e para se justificar chama-me «irracionalista». O que ele quis foi fazer para a galeria um requisitório de estilo inquisitorial ou vichinskiesco, segundo receitas bem conhecidas, comparando os meus «erros» com a doutrina ortodoxa que os seus leitores devem crer. Foi para os impressionar que utilizou temas de efeito demagógico seguro, pela sua carga simbólica emocional, como a polícia e os capitalistas pançudos de charuto. O seu intento não foi levar os leitores de *T. M.* a reflectir sobre o meu livro, mas preveni-los contra ele. Para os ideólogos como o sr. S. L. R. o perigo está justamente no diálogo, na crítica, na razão individual.

Lê-se, à cabeça do requisitório, uma reflexão minha relativa ao processo de Sócrates. O crime de Sócrates foi dialogar, pondo em risco os mitos e os dogmas dos cidadãos de Atenas. Os leitores de *T. M.*

ESTRELA SFF!

M. decidirão, guardadas as proporções e as diferenças, se querem tomar para si o papel da assembleia ateniense, condenando o incorrigível «dialogador» que sou.

Como, de toda a maneira, e felizmente, estou ao abrigo de eventuais consequências judiciais do processo ,seguilo-ei com curiosidade para me documentar sobre a engrenagem das ideologias.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

Jan Evertsenstraat, 8
Amsterdam

OS CAVALEIROS TEUTÓNICOS, AFINAL, AINDA MONTAM A CAVALO...

De entre todas as acusações que me são feitas na desconchavada carta que vem acima, A. J. S. tem meia-razão formal no tocante a duas delas. Com efeito, no texto do meu artigo *O desafio de um marginal* aparecem duas gralhas: na coluna da esquerda da página 11, penúltima linha a contar de baixo onde está *controle* devia estar *contrato*, e na página 13, coluna da esquerda, 14.^a e 15.^a linhas a contar de baixo, onde está *comparticipação* devia estar *compartimentação*. A errata destes enganos tipográficos já viera de resto no número 85 de *O Tempo e o Modo*.

Disse que A. J. S. tinha meia-razão, e só formal, porque se é verdade que houve esses enganos tipográficos quanto à reprodução de duas das suas declarações, as ilações demagógicas e caricatas que A. J. S. tira deles, denunciam a má-fé deliberada do autor de *Maio e a crise da civilização burguesa* em relação ao meu artigo. Gralhas sempre houve e haverá. A questão é corrigi-las, e estas foram-no. Partir de duas palavras enganadas, aliás perfeitamente irrelevantes no contexto da minha crítica, e de que, como é claro, não faço decorrer nenhuma conclusão distorcidas, para me acusar de *falsificador* — é profundamente ridículo. A. J. S., como sonhador incorrigível que é, *sonha* com falsificações ao dobrar de todas as esquinas e reage-lhes com a sua lança de guerreador de moínhos. Deixemo-lo entretido desta vez a lancear heróicamente duas pequenas gralhas e debrucemo-nos sobre as restantes acusações do marginal de Maio.

A meia-razão de A. J. S. começa com as gralhas e acaba com elas. Todas as suas restantes queixas são um emaranhado de inexactidões, de sofismas, de insinuações gratuitas, de afirmações infundamentadas, de piruetas inqualificáveis. Convido o leitor a reler o segundo parágrafo da missiva de A. J. S., colocando *artigo* onde está *livro* (2.^a linha) e imaginando-me a mim como o autor e a A. J. S. como o objecto dessa objurgatória. Assim é que está certo.

Mas, ao contrário de A. J. S., que dá *alguns exemplos* dos meus «crimes», se limita a *indicar só um caso* de acusações retumbantes e gerais, e considera que *é escusado mostrar* que eu fiz trinta por uma linha, *eu vou rebater todas as suas diatribes, uma por uma*. Quanto às *adulterações* não explicadas por A. J. S., não posso deitar-me a adivinhá-las, como A. J. S. costuma fazer.

Na alínea 1) do seu arrazoado acusa-me de dizer que ele diz que existiam sociedades *de comunicação*, quando de facto ele teria dito que o que havia eram *relações comunitárias*. Ora, se é verdade que A. J. S. começou por fazer uma divisão entre *relações*, acaba por, de facto, caracterizar três tipos de sociedades no ensaio de que se trata, e que nos diz agora ser *o mais importante do livro*. Esses três tipos de sociedades, historicamente referenciáveis, seriam, segundo a óptica do autor, aquelas em que predominassem as relações ou os valores de comunicação, ou os de contrato, ou os de dominação. Quando eu dizia que A. J. S. *dividia as sociedades em...* etc., etc., não o estava a citar (de resto, não havia nesta minha frase nem aspas nem itálicos...) mas a adiantar a minha interpretação sobre os pontos de vista que o livro expendia em determinado campo de análise, nomeadamente acerca dos *fundamentos definidores da natureza das sociedades*, os quais seriam para A. J. S. as ideias (e as práticas) da comunicação, do contrato e da dominação. Isto é que é importante, quer o autor se tenha dado subjectivamente conta disto ou não. Não são quaisquer outros factores, mas sim, segundo A. J. S., os *modelos de relações entre pessoas* rotulados como a comunicação, o contrato e a dominação, que caracterizam as sociedades — isto é que *divide*, de acordo com a perspectiva de A. J. S., as sociedades. Foi isso que eu anotei ,expressei, critiquei e mantenho. A. J. S. não o refuta nem deixa de refutar — vem dizer que eu ele pós *comunitárias* (relações) eu teria posto *comunicação* (sociedades de), e mostra não ter percebido nada do que eu disse. Não percebe ou não quer perceber que eu não o estava a citar, nem o dava a entender, mas a ir mais longe do que ele tinha ido expressamente, a tentar compreender as raízes ideológicas e «teóricas» do seu confuso discurso. *E para isso era preciso, além do mais, deslocar o problema de pretensas relações meramente pessoais para a aferição dos instrumentos teóricos ou pseudo-teóricos que permitiam a A. J. S. dividir as sociedades*. Os fundamentos da análise de A. J. S., as «contradições» das «suas» sociedades, são a comunicação, o contrato, a dominação, e era isto que convinha acentuar. A frase do meu texto que A. J. S. refere, e em que se diz pois que A. J. S. divide as sociedades em de comunicação, de contrato e de dominação, respeita, assim, escrupulosamente, o espírito do que A. J. S. expõe e não pode truncar a sua letra porque não aparece sob a forma de citação.

Teria sido inclusivamente incorrecto da minha parte se tivesse dito que A. J. S. dividia as sociedades em *comunitárias*, etc., sem adiantar mais, já que o sentido em que o autor emprega aqui *comunitário* é francamente insólito, e é, pelo contrário, o *valor* comunicação que explica todo o seu conceito sobre este tipo de sociedades, que ele se dedica a descrever e a elogiar. Senão vejamos: